

Brasil pode ter melhores termos para pagar a dívida

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Se souber aproveitar as oportunidades abertas recentemente por seus credores, o Brasil poderá conseguir os melhores termos de que já dispôs nos últimos anos para o pagamento da dívida externa e a obtenção de novos recursos para seu desenvolvimento, afirmam banqueiros e especialistas internacionais.

Norman Bailey, que no primeiro mandato do Governo Reagan era o especialista da Casa Branca para assuntos da dívida externa, diz que as oportunidades "não poderiam ser mais óbvias". Desde que o Brasil suspendeu os pagamentos de juros da dívida externa a médio e longo prazo, os bancos estrangeiros deram sinais de que estavam dispostos a fazer concessões que nunca tinham antes admitido para conseguir acordos com os países devedores. "Os bancos privados concordaram em reescalonar a dívida de vários países até por 19 anos, um prazo que antes só era dado por organizações internacionais de desenvolvimento, e também admitiram até cinco anos de carência para o pagamento do principal. Isso não tem precedentes modernos", lembra Bailey.

No período em que os bancos particulares estrangeiros estavam de mãos abertas para o Brasil na década passada, as autoridades do país preferiam pagar ágio de 2% acima da taxa preferencial de risco para conseguir prazos de oito anos, que então eram considerados longuíssimos.

Mas não é só isso. Esse prazo de 19 anos foi concedido pelos credores externos à Argentina, por exemplo. Eles também concordaram com um ágio (*spread*, ou taxa de risco, na linguagem dos banqueiros) de apenas 0,81% acima da Libor, a taxa para operações interbancárias na praça de Londres. A Libor, que geralmente é mais baixa do que a taxa preferencial de juros (ou *prime rate*) dos Estados Unidos, virou nos últimos anos o marco de referência para empréstimos internacionais.

Desde a moratória brasileira, os bancos do Japão, atualmente o maior credor do mundo, adotaram um mecanismo para descontar substancialmente os empréstimos que concede-

ram aos países do Terceiro Mundo. Eles chegaram à conclusão de que pelo menos uma parte dos empréstimos que haviam dado, especialmente a América Latina, jamais seriam recebidos integralmente nos termos contratados. Para não insistir numa ficção, os 28 principais bancos japoneses criaram uma subsidiária para a qual poderão transferir esses empréstimos duvidosos, podendo descontá-los do imposto de renda. Essa subsidiária se encarregará de negociar individualmente com cada credor os termos de pagamento e já se sabe que ela terá condições de repassar descontos substanciais, tendo por base o valor que os mercados financeiros atribuem aos papéis respectivos. Empréstimos dados à Bolívia, por exemplo, estão sofrendo um desconto de 80% em seu valor. Os empréstimos ao Brasil, repassados recentemente, estão sendo vendidos entre 75% e 80% de seu valor nominal.

Uma decisão semelhante foi tomada pelo maior credor particular externo do Brasil esta semana. O Citicorp desviou 3 bilhões de dólares de seus lucros para engordar um fundo de reservas para prejuízos. Isso permitirá a esse banco fazer algo que os países devedores, inclusive o Brasil, passaram os últimos anos exigindo dos credores — alívio do ônus da dívida. Os administradores dos bancos americanos argumentavam que, se reduzissem a carga da dívida, seus acionistas os demitiriam. John Reed, o presidente do Citicorp, fez exatamente isso. Mas, em vez de ser denunciado, ele foi aclamado pela imprensa americana como ousado e realista. "Em vez de demiti-lo, os investidores prestigiaram seu gesto, aumentando a procura das ações de seu banco a ponto de aumentar seu valor em vários dólares", diz Larry Cohn, um analista da grande corretora Merrill Lynch. Contando agora com 5 bilhões de dólares de reservas, o Citi poderá reduzir a dívida ou reduzir as taxas de juros. Não precisará, assim, recorrer à velha desculpa de que os regulamentos estritos, debaixo dos quais os bancos americanos operam, impedem qualquer flexibilidade.

Outros grandes bancos americanos estão sob forte pressão dos mercados para imitar o Citicorp e "reconhecer a realidade", como disse o secretário do Tesouro, James Baker III.